

PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NA VISÃO DE SUAS GESTORAS

ROLE OF SCHOOL MANAGEMENT IN CURRICULAR RESTRUCTURING FROM THE COMMON CURRICULAR NATIONAL BASIS IN THE VISION OF ITS MANAGERS

Felipe Fabri Silveira¹

Maria Aparecida da Silva Mello²

RESUMO: A Base Nacional Comum Curricular constitui-se num lócus de reflexões e discussões acerca de um documento legal e normativo que determina um conjunto de conhecimentos e aprendizagens a serem desenvolvidos pelos estudantes ao longo de sua trajetória na educação básica. Assim, lança-se o olhar para o desenvolvimento curricular e sua necessária reestruturação, mediado pelo gestor escolar no processo de gestão democrática. Esse trabalho foi realizado no âmbito de três escolas da rede pública estadual da cidade de Araranguá/SC e tem como objetivo analisar o papel da gestão escolar na reestruturação curricular a partir da BNCC na visão de suas gestoras. Utilizou-se de abordagem qualitativa e descritiva, por meio de entrevistas e análise dos PPPs, com objetivo de responder ao seguinte problema de pesquisa: qual o papel da gestão escolar das escolas pesquisadas na reestruturação curricular a partir da BNCC na visão de suas gestoras? As entrevistas foram assim categorizadas: o papel do gestor escolar na implementação da BNCC; a reestruturação do currículo; a participação da comunidade educativa; o envolvimento dos professores no domínio das competências; o trabalho com as dez competências gerais; o papel do PPP na efetivação da implantação da BNCC. Por meio das respostas obtidas e da efetivação das análises, concluiu-se que a gestão escolar na perspectiva da gestão democrática é fundamental nos processos de implantação da BNCC, pois seu papel é de mediação nas ações dos docentes nos processos de reestruturação curricular para o cumprimento de seus pressupostos legais e fundamentos pedagógicos.

PALAVRAS CHAVE: Desenvolvimento Curricular. Base Nacional Comum Curricular. Gestão Democrática.

ABSTRACT: The National Common Curricular Base is a document built upon a locus of reflections and debates about a legal and normative statement that determines a set of knowledge and learning to students to be develop throughout their trajectory in basic school

¹ Graduado em Pedagogia da Unesc. felipefabri201@hotmail.com

² Orientadora, professora da Unesc. Pedagogia. Mestre em educação. msm@unesc.net

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº1, janeiro/abril 2021. – Curso de Pedagogia – UNESC

education. Thus, for this purpose to be achieved, we need to take a critical look at the curricular development and its restructuring mediated by the school manager in the process of democratic and participatory management. According to this, the present research held in three public schools in the city of Araranguá – SC, aims to analyze the contribution of school management in curricular restructuring from BNCC. It was used qualitative and descriptive methodologies in this work, through interviews and analysis of the PPPs – Pedagogic Political Project – in order to respond to the following research problem: what is the role of school management in curricular restructuring about the BNCC in the view of its managers. The interviews were categorized in some points; the role of the school manager in BNCC implementation; restructuring the curriculum; participation of educational community; the involvement of teachers in the field of competences; work with the ten general competencies; the role of PPP in the implementation of BNCC. Through the obtained answers and the effectiveness of the analyzes, it is concluded that school management in the perspective of democratic management is fundamental in BNCC implementation processes, since its role is mediation in the actions of teachers in the processes of curricular restructuring for compliance of its legal assumptions and pedagogical foundations.

KEYWORDS: Curriculum Development. National Common Curricular Base. Democratic management.

1 INTRODUÇÃO

A escolha pela temática “papel da gestão escolar na reestruturação curricular a partir da Base Nacional Comum Curricular na visão de suas gestoras” surgiu a partir da disciplina de Gestão de Processos Educativos, ministrada pela professora Maria Aparecida da Silva Mello. O foco desta pesquisa se deu no diálogo entre orientadora e orientando em que se mencionava a Base Nacional Comum Curricular e sua necessária integração aos propósitos da gestão escolar nos processos de implantação da BNCC nas unidades escolares.

Tal processo exige um olhar para o currículo da escola, a fim de adequá-lo aos objetivos e propósitos da educação básica voltados à formação integral dos sujeitos no seu processo de apropriação e de produção de novos saberes. Neste contexto, procurou-se definir o problema: qual o papel da gestão escolar das escolas pesquisadas na reestruturação curricular a partir da BNCC na visão de suas gestoras?

A discussão acerca de um documento que seja nacional, comum e que atenda aos diversos currículos no Brasil não é uma prática recente, afinal “[...] desde a constituição de 1988, no seu artigo 210, se prevê assegurar uma formação básica comum [...]” (RODRIGUES,

2016, p. 22), portanto, já haviam sido realizadas discussões para a criação e aprovação de um documento que atendesse essa intenção.

Com base nos aspectos citados, definiu-se, como objetivo geral, analisar o papel da gestão escolar na reestruturação curricular a partir da BNCC na visão de suas gestoras. Nessa perspectiva, elencaram-se os objetivos específicos: identificar as alternativas da gestão escolar para a reestruturação do currículo da escola a partir das diretrizes da BNCC; verificar a existência de plano de ação da gestão escolar para implementação e articulação da BNCC com os componentes curriculares; investigar, no PPP da escola, indicativos que apontem para a formação integral dos sujeitos como está referida na BNCC.

Tendo como base estruturante o objetivo geral e os específicos, o referencial teórico é composto por três tópicos com os seguintes temas: Desenvolvimento curricular: conceito e contexto histórico; Base Nacional Comum Curricular: aspectos históricos e conceituais; Gestão democrática e o projeto político pedagógico.

O referencial teórico, as análises dos PPPs e das entrevistas com os gestores foram referendadas à luz do documento da BNCC (2018) e os autores Oliveira [2016 ?], Rodrigues (2016), Vieira e Brzezinski (2015), Rocha, (2014) Hornburg e Silva (2007), Veiga (2004), Corazza (2001), Moreira (1997) e das seguintes leis: Proposta Curricular de Santa Catarina (SC, 2014), Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), Constituição Federal (BRASIL, 1998) e Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Em seguida, são apresentados os aportes metodológicos e os resultados das análises dos PPPs e das entrevistas, seguidas da conclusão final.

2 DESENVOLVIMENTO CURRICULAR: CONCEITO E CONTEXTO HISTÓRICO

O currículo detém um papel muito importante na sociedade, pois está ligado aos conhecimentos construídos e aos processos pedagógicos. Nesta linha de pensamento, Moreira (1997, p. 11) argumenta que

O currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis.

Logo, constata-se que o currículo tem uma função indispensável nas instituições escolares, visto que, segundo as palavras do autor, não só conserva os conhecimentos construídos, mas também transforma-os e renova-os.

Diante disso, é importante salientar que o termo currículo não possui uma definição única, dado que há vários pensadores e estudiosos na área que pesquisam sobre o currículo escolar, como defendido por Rocha (2014, p. 02):

[...] constata-se que não existe unanimidade no que tange a uma definição objetiva de termo. Vários estudiosos, como Silva (2000, 2001, 2007), Moreira (2001), Kelly (1981) Goodlad (1979), Yamamoto e Romeu (1983), Gimêno Sacristán (2000) entre outros, já identificaram cerca de trinta definições diferentes, cada uma, comprometida ou não com sua época, corrente pedagógica ou teoria de aprendizagem.

Desse modo, não existe apenas um único currículo, assim como não existe apenas uma corrente pedagógica ou uma teoria de aprendizagem. Com isso, entende-se que o currículo está atrelado a uma visão de homem e sociedade que define qual o tipo de cidadão que se quer formar.

Em outras palavras, Moreira (1997) argumenta que não há como definir o currículo como algo único e pronto, visto que os indivíduos estão em constante desenvolvimento. No entanto, dentre os sentidos existentes sobre o currículo escolar, o autor ressalta: o conhecimento escolar e a experiência de aprendizagem.

Conhecimento escolar e experiência de aprendizagem representam os dois sentidos mais usuais da palavra currículo, desde sua incorporação ao vocabulário pedagógico. No primeiro sentido, que é também o dominante ao longo dos tempos, o currículo é visto como o conhecimento tratado pedagógica e didaticamente pela escola e que deve ser aprendido e aplicado pelo aluno. (MOREIRA, 1997, p. 12).

Já a outra visão de currículo apresentada pelo autor indica que

A segunda concepção tem raízes nas visões de educação e de pedagogia que começam a se delinear a partir do século XVIII, relacionadas às mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que até então ocorriam. A ênfase nas diferenças individuais e a preocupação com a atividade do aluno levam à maior valorização da forma em detrimento do conteúdo. O currículo passa a significar o conjunto de experiências a serem vividas pelo estudante sob a orientação da escola. (MOREIRA, 1997, p. 12).

Dessa maneira, é possível perceber a diferença que há entre essas duas visões de currículo, bem como as ênfases dadas uma nas disciplinas que o currículo deve conter e outra nas experiências a serem vivenciadas pelo estudante sob o olhar da instituição escolar.

Na visão tradicional de currículo escolar, o foco está no "[...] programa de uma disciplina, conjunto de atividades educativas, as metodologias e os materiais usados no processo ensino-aprendizagem [...]" (ROCHA, 2014, p. 02), todavia, numa concepção pós-modernista, é concebido segundo as "[...] diferentes dimensões: social, política, econômica e cultural para melhor entender as forças diversas oriundas de cada contexto histórico, que influenciaram o processo de desenvolvimento curricular [...]". (ROCHA, 2014, p. 02).

O currículo também se caracteriza "[...] como um instrumento facilitador da administração escolar." (ROCHA, 2014, p. 02), já que auxilia a gestão escolar no acompanhamento pedagógico do professor.

De outro modo, segundo Rocha (2014), também há duas perspectivas de currículos existentes no campo escolar, são eles, o macro e o micro, isto é, o currículo macro está focado no que a instituição se preocupa de modo amplo, como as experiências escolares de aprendizagem e constituídas pela escola. Já no sentido micro, o currículo focaliza o conjunto de matérias que cada aluno deve desenvolver em determinado curso ou grau de ensino.

A finalidade do currículo escolar está embasada e pautada na "[...] construção da identidade dos alunos [...]" (ROCHA, 2014, p. 03), por isso, a Base Nacional Comum Curricular trata de uma formação que seja comum, não esquecendo da identidade de cada indivíduo e seu contexto. À vista disso, deve-se questionar a função do currículo na implementação da Base Nacional Comum Curricular, uma vez que a gestão escolar precisa incumbir-se de um currículo que atenda a todos os indivíduos e seja capaz de formar cidadãos críticos, reflexivos, pensantes e transformadores de sua realidade. (BRASIL, 2018)

Também, a Proposta Curricular de Santa Catarina, (2014) discute que o currículo é elemento constituinte e constitutivo do processo formativo. Na mesma linha de pensamento, o documento ressalta que para que aconteça uma formação de qualidade dos educandos é necessário que haja execução do currículo integrado visto que, "um currículo mais orgânico,

portanto mais integrado, cumpre um papel essencial quando os percursos formativos são pensados e desenvolvidos nessa perspectiva." (SANTA CATARINA, 2014, p. 26).

Neste sentido, uma educação de qualidade/integral, deve ser pautada na criticidade, dialogicidade, emancipação, autonomia, liberdade, e isso deve acontecer dentro de uma perspectiva histórico-cultural, na qual a Base Nacional Comum Curricular está pautada.

A Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) defende que o currículo é constituinte, porque este faz parte do processo formativo e, ao mesmo tempo, delega à escola e seus respectivos professores o que se deve ensinar. Ademais, o currículo é constitutivo no processo formativo, porque este proporciona a base do que uma instituição deve abordar em relação à conteúdos que os alunos devem aprender ao longo da trajetória escolar, desse modo, uma escola sem currículo é como um navio sem o leme.

Falar de currículo é discutir sobre as exigências que são requeridas pelos órgãos centrais (estados e municípios) e também da sociedade, pois estes exigem "[...] das escolas a formação do aluno participativo, reflexivo, crítico e criativo capaz de operacionalizar as competências e as habilidades adquiridas durante o processo de ensino-aprendizagem [...]." (ROCHA, 2014, p. 05) e é isso que está posto no documento da Base Nacional Comum Curricular; uma formação capaz de atender a estas expectativas. Porém, é preciso entender que a BNCC e o currículo não se baseiam apenas em relações de conteúdo, mas, pois, segundo Hornburg e Silva (2007, p. 01)

Também envolve questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos.

É importante salientar que desde a "[...] década de 60, em meio aos movimentos sociais e culturais [...]." (ROCHA, 2014, p. 05) O currículo vem sendo discutido e criticado. Dentre os motivos, destaca-se "[...] o fato da visão tradicional de currículo apresentar-se 'neutra', como um saber desvinculado das relações de poder e colocar-se como o saber legítimo, universal, do interesse da humanidade como um todo indistinto." (ROCHA, 2014, p. 05).

Diferentemente da BNCC, que não indica ser um documento tradicional e único, possui como escopo e base as competências gerais que promovem um olhar diferenciado de uma visão tradicional de educação, portanto, a BNCC afirma que não é currículo, mas sim, um suporte para a construção dos referenciais curriculares, porém, percebe-se que a BNCC possui uma intenção de currículo.

Nesta perspectiva, o documento traz subsídios que poderá contribuir efetivamente para uma visão de currículo crítico que integre a todos e que seja de caráter questionador frente às "[...] desigualdades provocadas pela visão tradicional no sistema de ensino" (ROCHA, 2014, p. 06).

Após visualizarmos o currículo e as suas contribuições, relevâncias, significados e orientações, é importante inferir que, o currículo escolar inserido numa Base Nacional Comum possui um papel indispensável, que é de reconstrução social. Este processo de reconstrução implica na mudança e melhoria de contexto social, em que os educandos inseridos neste cenário se formam mais conscientes, críticos e autônomos. Portanto, o currículo, nessa visão, supera uma tendência tradicional e abrange os conteúdos e práticas voltadas para a realidade social dos alunos. Para mais, Corazza (2001) argumenta que o currículo, nesta concepção de reconstrução social, também incita a produção de ideias, práticas coletivas e individuais dos sujeitos e auxilia na formação de cidadãos mais conscientes em relação a diferentes contextos, realidades e respeitosos para com as diferenças existentes.

A partir da discussão do currículo escolar, bem como a sua função nas instituições escolares, o próximo capítulo explana, a BNCC com as suas particularidades e as dez competências gerais.

3 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define progressivamente as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo do percurso escolar. Discutir sobre a Base Nacional Comum Curricular é dialogar acerca de um documento que vem auxiliar as instituições escolares numa formação integral de qualidade.

A partir da Base Nacional Comum Curricular os alunos devem ter os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento assegurados, dado que se trata de uma Base que discute e traz a formação do sujeito como um todo, portanto, é preciso formá-lo em todos os seus aspectos: físico, cognitivo, ético e social. Como podemos ver no artigo 1º da LDB nº 9.394/96: "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais." (BRASIL, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que já vinha sendo discutido. Como podemos perceber, ela já estava prevista na constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e, recentemente, foi discutida e trazida com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE).

No artigo 210 da Constituição de 1988, pode-se encontrar a seguinte discussão: "Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais" (BRASIL, 1998). É possível perceber a atenção do governo federal com uma formação que seja comum em todo o país, respeitando os valores culturais, artísticos, nacionais e regionais, assim como é tratado pela Base Nacional Comum Curricular.

No artigo 9º/IV da LDB nº 9.394/96, em relação à organização da educação nacional, a lei apresenta que a União precisa

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. (BRASIL, 1996).

Assim sendo, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de 1996 discute a formação básica comum para todos os cidadãos brasileiros como prioridade para a educação nacional, e desse modo, deve ser legitimada.

Ainda mais, na meta 07 da Lei 13.005/2014 (PNE), é discutido que é preciso "fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB" (BRASIL, 2014). Portanto, as Leis apresentadas evidenciam que a Base Nacional Comum

Curricular surge de uma necessidade nacional de se obter uma formação que seja comum em todo o país e, acima de tudo, que seja uma formação de qualidade.

A Base Nacional Comum Curricular surge a partir das dez competências que gerais, por conseguinte, estas competências gerais apresentam-se um dos quesitos mais inovadores discutidos e expostos pelo documento. Para a BNCC, competência é definida como "mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho."

Em relação às dez competências gerais apresentadas pela BNCC, as mesmas apresentam um caráter inovador e proporcionam um novo olhar para as habilidades, atitudes, conhecimentos, e valores, do mesmo modo, objetivam formar o aluno ativo/investigador na compreensão das escolhas curriculares. Neste caso, as competências auxiliarão o aluno na aquisição, compreensão e construção durante o curso escolar.

A Base Nacional Comum Curricular, no seu capítulo introdutório, aborda as dez competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da trajetória escolar.

A primeira competência trata da valorização e utilização dos "conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva." (BRASIL, 2018).

A segunda competência, discute o exercício da curiosidade intelectual e a procura da

Abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. (BRASIL, 2018).

A terceira competência, busca a valorização e fruição das "diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participação de práticas diversificadas da produção artístico-cultural." (BRASIL, 2018).

A quarta competência, trata a utilização das

Diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produção de sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BRASIL, 2018).

A quinta competência, fundamenta-se na compreensão, utilização e criação de

Tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produção de conhecimentos, resolver problemas, exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018).

A sexta competência traz a

Diversidade de saberes e vivências culturais e apropriação de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018).

A sétima competência, objetiva-se em argumentação

Com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BRASIL, 2018).

A oitava competência, exercita o conhecimento de si próprio, o "apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas." (BRASIL, 2018).

A nona competência, propõe o uso da

Empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018).

E a décima, focaliza-se no "[...] agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários." (BRASIL, 2018).

Logo, percebe-se a atenção que o Estado vem atribuindo a uma formação que seja comum para todos os indivíduos. As leis apresentadas reforçam este diálogo, em relação ao olhar dirigido para a construção de um ensino voltado para a formação do aluno/investigador.

O próximo capítulo expõe o papel da gestão escolar democrática com as atitudes, competências e habilidades que cada gestor escolar precisa possuir para realizar a implantação da BNCC.

4 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A gestão escolar democrática é definida pelos sistemas de ensino de acordo com os seguintes princípios: "I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. " (LDB, BRASIL, 1996)

No mesmo documento da LDB de 1996 em seu artigo 15: "Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público." (BRASIL, 1996). Portanto, a lei apresenta as normas que a gestão deve utilizar para tornar-se democrática. Nesse sentido, precisa envolver a comunidade educativa para que possam desenvolver os seus papéis enquanto sujeitos e agentes escolares.

Segundo Vieira e Brzezinski (2015), uma gestão democrática realiza um combate às contrariedades advindas dos poderes dominantes que regem a educação, deste modo, para que esta possa ser "[...] desenvolvida é necessário esclarecer a população sobre a importância de sua participação nas atividades escolares para as quais é requerida [...]" (VIEIRA; BRZEZINSKI, 2015, p. 11). Portanto, segundo as autoras, uma instituição gerida sob uma gestão democrática, é capaz de militar contra aquilo que pode ser colocado de forma autoritária pelas forças dominantes, visto que os envolvidos trabalham juntos contra estas imposições.

Após concebermos a gestão numa perspectiva democrática, é essencial discutir sobre os meios que uma gestão utiliza para tornar-se democrática. Os meios são a participação dos sujeitos, e este envolvimento se dá pelo Projeto Político Pedagógico. Segundo Oliveira ([2016 ?], p. 02), é impossível falar de gestão democrática sem citar o PPP, pois "[...] são temas intimamente entrelaçados e complexos [...]." À vista disso, a gestão escolar deve proporcionar a participação efetiva de todos os envolvidos: comunidade escolar através de órgãos colegiados, conselho escolar e demais instâncias.

Na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (1996), em seu artigo 12, inciso I, "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de, elaborar e executar sua proposta pedagógica." (BRASIL, 1996). Isto indica que a escola possui autonomia para construir o seu próprio PPP e executá-lo, isto está posto nas diretrizes e documentos que regem a educação nacional.

Neste seguimento, o PPP conduz os participantes para um compromisso que é acordado e estabelecido entre os envolvidos. Como salienta Veiga (2004, p. 38):

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola.

Quando mais de uma pessoa participa na elaboração do Projeto Político Pedagógico instaura-se o compromisso destes participantes de executar e acompanhar o que está inserido no PPP e o que se afasta do proposto e descrito no documento. Este é um dos motivos que o PPP é um documento específico de uma gestão democrática, porque é construído democraticamente com a união de todos e ao mesmo tempo, acompanhado pelos participantes.

Compreende-se então que o Projeto Político Pedagógico é o documento identificador e orientador das práticas escolares, pois ali estão contidas as concepções, visões de mundo, homem, sociedade, métodos, entre outros.

À vista disso, as instituições escolares inseridas neste contexto atual em que uma Base Nacional Comum Curricular foi discutida, aprovada e, conseqüentemente, possui um

prazo para ser posta em prática, necessitam atualizar os seus Projetos Políticos Pedagógicos contemplando o que está definido pela BNCC.

Uma das primeiras instâncias a se mobilizar é a gestão escolar representada pelo gestor da instituição. O papel do gestor escolar nesta atualização do PPP e implementação da BNCC é de reunir a equipe docente, alunos e comunidade educativa para discussões, formações e estabelecimento de metas por meio de um plano de ação. (BRASIL, 2018).

Outro papel da gestão escolar é o acompanhamento do trabalho dos professores baseado na Base Nacional Comum Curricular, visto que, um tema inovador como este incita questionamentos, dúvidas, rejeições e até receios (BRASIL, 2018).

Além disso, a gestão deve proporcionar, mais do que nunca, um contato maior com os pais, pois a presença dos mesmos auxilia nas discussões que envolvem a aprendizagem dos alunos. Assim, os pais ou responsáveis participando de reuniões, questionários, entre outros, se comprometem, juntamente com a escola, com um ensino que é capaz de formar sujeitos mais críticos, conscientes, autônomos, como está legalizado e posto no documento (BNCC) (BRASIL, 2018).

É imprescindível a atualização do Projeto Político Pedagógico das instituições, desse modo, destaca-se as mais pertinentes: a atualização dos materiais didáticos, reestruturação curricular e as novas competências a serem desenvolvidas (BRASIL, 2018).

No que tange à atualização dos materiais didáticos, significa dizer que alguns materiais precisarão ser atualizados, visto que a BNCC apresenta um ensino voltado para a criticidade, autonomia, empatia, diferentes visões. Nesse sentido, alguns instrumentos didáticos utilizados em sala, já não alcançam totalmente estas exigências, portanto, é essencial esta atualização com base no documento (BRASIL, 2018).

A reestruturação curricular é uma necessidade veemente, logo, espera-se das instituições essa reestruturação de modo que esteja contemplada no currículo a qualificação do ensino-aprendizagem. Para que esta reestruturação seja possível, a instituição deverá partir do seu contexto real e direcionar metas e atividades que promovam esta formação de qualidade por meio do PPP (BRASIL, 2018).

5 APORTES METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE DADOS

Este trabalho tem como objeto de estudo analisar a contribuição da gestão escolar na reestruturação curricular da BNCC na ótica de 3 (três) gestoras da rede pública estadual da cidade de Araranguá – SC e a escolha das gestoras escolares se deu de forma aleatória.

A natureza dessa investigação é básica, com abordagem qualitativa e descritiva, cujo escopo é explorar o campo da gestão escolar e o processo de implementação da BNCC.

Dispõe do método exploratório, no sentido de buscar elementos necessários que proporcione o alcance dos objetivos propostos. Nesse sentido, Gil (2002, p.41), salienta que as pesquisas exploratórias "[...] têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado."

Assim, para dar sustentação ao processo investigativo, utilizou-se referencial teórico com base nos seguintes temas: Desenvolvimento curricular; Base Nacional Comum Curricular. Gestão democrática e o projeto político pedagógico.

O caráter da pesquisa é de campo com análise documental, nesse sentido, foi realizada a análise do projeto político-pedagógico das 3 (três) escolas e entrevista semiestruturada com gestoras escolares sobre a movimentação que está ocorrendo nas escolas em relação ao currículo a partir da BNCC. Durante as análises das entrevistas, levamos em conta a subjetividade das gestoras.

Os sujeitos da pesquisa não foram nomeados. Desse modo, para uma melhor compreensão, identificamos as gestoras como G1, G2, e G3. Ademais, foram definidos como critérios de análise o papel do gestor escolar na implementação da BNCC; a reestruturação do currículo a partir da BNCC; o envolvimento da comunidade educativa na implantação da BNCC; o envolvimento dos professores no domínio das competências; o trabalho com as dez competências gerais da BNCC; o papel do PPP na efetivação da implantação da BNCC.

Do mesmo modo, foram analisados os PPP's das instituições pesquisadas, designando-se os seguintes critérios de análise: concepção de currículo, (concepção, ensino aprendizagem e a proposta curricular de Santa Catarina); gestão e formação humana integral. Serão identificados os projetos políticos pedagógicos como: P1, P2 e P3.

O P1 define o seu currículo como envolvido nos temas transversais, atendendo a realidade dos alunos da instituição, bem como, a família, a comunidade escolar e defende que é constituído de uma Base Nacional Comum. Também compreende o processo ensino aprendizagem como interdisciplinar e contextualizado, sendo desenvolvido, sob a forma de componente curricular. Em relação à proposta curricular de Santa Catarina, o PPP aponta em direção a tendência filosófica progressista.

O P2 declara que o currículo está fundamentado na teoria histórico-cultural e procura realizar um trabalho coletivo e interdisciplinar a partir da produção, numa abordagem interacionista. O documento apresenta o processo ensino aprendizagem a partir de uma realidade histórico-social, político, cultural e atende à Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) no que tange ao compromisso com o conhecimento produzido como instrumento de compreensão e transformação do contexto social.

E o P3 destaca que o currículo da instituição está alicerçado sob o currículo oculto e defende que através dele é que se enriquece o currículo a ser seguido pela instituição, porém, não apresenta concepção de currículo. Na escola o processo ensino aprendizagem se destaca na inovação dos métodos, técnicas e procedimentos. Além do mais, o documento aponta que a instituição a partir do momento que consegue realizar a integração dos envolvidos, assim, efetiva o trabalho a partir da Proposta Curricular de Santa Catarina.

Relativamente à concepção de gestão expresso nos PPPs das três instituições, definem-se como democrática destacada a seguir: "[...] a participação ultrapasse os níveis de colaboração, de decisão, e atinja o nível de construção em conjunto, onde o grupo se organiza para alcançar fins estabelecidos no coletivo." (P1) de outro modo, o P2 exibe em um dos objetivos elencados pela escola, que é meta definida pela instituição a Gestão Escolar sob uma nova cultura organizacional e estabeleça relações interpessoais juntamente com a participação de toda a comunidade escolar. E o P3 mostra que a gestão democrática está inserida num dos princípios elencados pela instituição acerca da ação pedagógica.

Sobre a formação humana integral, o P1 demonstra que é priorizada a formação integral do aluno sob o aspecto da criticidade exercida na sociedade e que seja capaz de influenciar na transformação social. Já o P2 explicita que a escola prima pela formação integral,

porém, para que esta formação aconteça, é necessário que haja a uma formação continuada dos professores, neste sentido,

Cabe à escola então propiciar momentos para estudos, debates de temas educativos, painéis, oficinas, cursos de aperfeiçoamento para pais, alunos, conselheiros e professores, além de viabilizar a participação de professores e funcionários em eventos promovidos por instituições educativas. (P2).

Por último, o P3 destaca que há uma formação integral no sentido de atender aos princípios da afetividade, da liberdade de expressão, da socialização do conhecimento, e o desenvolvimento das potencialidades para a formação de cidadãos críticos e conscientes no seu papel social.

Os Projetos Políticos Pedagógicos, em síntese, atendem a uma gestão democrática e a uma visão contextualizada e crítica, de modo geral, procura atender à teoria histórico-cultural. Apesar de serem três instituições diferenciadas, as suas concepções estão em correspondência à Proposta Curricular de Santa Catarina (2014).

Em suma, os Projetos Políticos Pedagógicos já apresentavam alguns indicadores que estão descritos na Base Nacional Comum Curricular, principalmente em suas competências gerais, tais quais: a formação humana integral capaz de formar cidadãos em todos os aspectos e transformadores de sua realidade social, e o ensino aprendizagem sob um aspecto histórico-cultural e interdisciplinar, porém, é importante destacar que todos os documentos orientadores das três instituições pesquisadas estão passando por uma atualização, como dito na fala das entrevistadas.

Depois de descrito a análise documental do Projeto Político Pedagógico das instituições, passamos para a análise das entrevistas com as gestoras.

Quanto à formação acadêmica, a G1 possui formação em magistério, nível médio, em pedagogia com habilitação em supervisão escolar, especialização em orientação educacional, mídias na educação e mestre em educação. A G2 é formada em História, Geografia, Pedagogia e pós-graduada em interdisciplinaridade, focalizando na orientação educacional. A entrevistada G3 salienta que é formada em Química e possui especialização em didática, metodologia do ensino superior e educação à distância.

Sobre a formação na área de gestão, a G1 afirma que possui formação em orientação e supervisão. A G2 e a G3 expressam que realizaram o curso específico para gestores. E quanto ao tempo de atuação na gestão escolar, a G1 destaca que atua na coordenação de equipe de professores desde 1990, a G2 diz que está na gestão desde 2007 e a G3 completará seis anos como gestora neste ano (2019).

No que concerne ao papel do gestor escolar na implementação da BNCC, a G1 exprime que

O gestor tem um papel fundamental em promover espaços de acesso e discussão. [...] Porém refletir e analisar os materiais, fazer uma aproximação/conexões com o trabalho que vem sendo realizado no território catarinense e o que trás a Base [...]

A G2 indica que

O gestor é o ponto de referência, que faz a frente e principalmente convidando os professores para conhecer, para estudar, para pesquisar. [...] O planejamento também eu tenho que estar acompanhando, as aulas precisam estar coerentes com essa base [...] ela trás novos desafios e nós temos que procurar junto com os professores e os coordenadores da escola para entender estes impactos que podem estar ocorrendo no dia a dia, em cada disciplina, séries.

E a G3 expressa que o seu papel é de realizar

O estudo junto com os professores, e [...] promover que este estudo seja eficaz, que a gente realmente entenda o que é a Base Nacional Comum Curricular, para que ela seja realmente implantada de uma forma efetiva dentro da escola para que funcione, e para isso, é preciso primeiro de um estudo bem aprofundado, pra gente verificar realmente como vai se dar essa implementação, de entender o que é a base para depois se colocar em prática.

A partir das falas das gestoras, percebe-se que, está sendo realizado um trabalho como proposto e orientado pela Base Nacional Comum Curricular, já que o documento orienta que a gestão deve acompanhar o trabalho dos professores, e de acordo com as entrevistadas, o estudo e a reflexão são imprescindíveis (BRASIL, 2018).

Do mesmo modo, o papel da gestão escolar é de mobilizar a comunidade educativa, a fim de que todos possam compreender que a BNCC possui o papel de orientar os professores para realizarem uma formação humana integral, como expresso na fala das autoras "A Base

Nacional Comum Curricular da Educação Básica" só terá [...] condição de aplicabilidade ao respeitar a formação humanista [...]." (VIEIRA; BRZEZINSKI, 2015, p. 01).

Em relação à como as gestoras pretendem trabalhar a reestruturação curricular a partir da BNCC, a G1 declara que:

A reestruturação do currículo nós já iniciamos um processo fazendo esse movimento, de vistas no material que trás a base, olhando para o que nós temos [...]. A escola pretende sim que os professores façam esse movimento de articulação e com um maior conhecimento possível destes materiais, para que na prática o trabalho ocorra.

A G2 informa que em primeiro lugar

Qualificar o ensino aprendizagem da educação básica e avaliar o contexto real da escola. [...] Adaptar o currículo, as realidades e as necessidades do aluno eu acho que é fundamental, porque eu vejo assim, as principais competências e habilidades, como tu trabalhar, é uma riqueza muito grande.

E a entrevistada G3, opina que

É um terreno meio arenoso ainda, porque assim, a gente ainda tá em estudo da Base, [...] o que tá pegando muito é a questão das competências e habilidades, eu percebo ainda, que não é só o nosso caso, mas a grande maioria ainda mistura muito o que é competência, o que é habilidade. E a partir daí a Base vai ser colocada em prática e a gente vai colocar as particularidades necessárias da nossa escola no restante, é o que a gente tem pensado, a parte de realidade que não pode abrir mão.

Com base nas falas das entrevistas e a partir do referencial teórico, visualiza-se que a gestão escolar juntamente com seus envolvidos está discutindo e alguns já realizando este movimento de reestruturação curricular, afinal, é preciso reestruturar o currículo escolar com vistas à formulação de "[...] conceitos fundamentais e assumindo planejamento e posturas de trabalho docente coletivo, na perspectiva da totalidade, estabelecendo a articulação entre os saberes e fazeres dos sujeitos e os conhecimentos científicos." (SANTA CATARINA, 2014). É notável a fala da G3, pois indica que os professores se confundem muito sobre a questão das competências e habilidades, neste caso, como afirmado pela entrevistada, o estudo é necessário para a resolução das dúvidas que emergem.

Com referência ao envolvimento da comunidade educativa na implantação da BNCC, a G1 alega que esta implantação está sendo feita com



Unesc
Universidade do Oeste de Santa Catarina
Campus de Itapira



A participação do conselho escolar, da A.P.P, [...] o grêmio estudantil que também está participando neste movimento, porque existem necessidades da comunidade escolar que precisam ser contempladas também no planejamento curricular da escola. E no planejamento da proposta pedagógica, enfim, então essa participação como é mais difícil termos momentos para a toda comunidade participar, a gente utiliza então, os momentos em que os seus representantes eleitos possam fazer isso junto com a equipe da escola.

Também, a entrevistada G2 aponta que

Pra gente implantar tudo isso, nós temos que trazer a comunidade escolar. É a mesma coisa que tu fazer o Projeto Político Pedagógico, tu precisa ter todos os segmentos, que são os pais, os alunos, os professores e os funcionários da escola. E eu vejo que na renovação deste documento, (PPP) [...] a gente manda umas questões pra casa, também pra comunidade estar sugerindo. Pesquisas; a gente faz isso com os pais, com a comunidade, e a gente faz em sala de aula também com os alunos e em reuniões, assembleias, e também a gente estar colocando até pessoas que entendam para conversar com os pais.

E a G3 destaca que para essa implantação acontecer é preciso primeiramente "manter as entidades dentro da escola fortalecidas. [...] a gente tem que ter dentro da escola muito bem fortalecida, é o Grêmio Estudantil, A.P.P e o Conselho Deliberativo, são as três entidades hoje que são a representação dos alunos e dos pais."

Evidencia-se na exposição das gestoras que a gestão escolar das instituições pesquisadas, se caracteriza como uma gestão democrática, participativa e reflexiva, pois, proporciona a participação de todos os segmentos escolares, conselhos, associações e acima de tudo, a presença dos pais. Nesta lógica participativa, Oliveira ([2016 ?] p. 07), afirma que a comunidade escolar, com os seus sujeitos, são considerados ativos no processo da gestão escolar,

de forma que a participação de cada um implica em clareza e conhecimento do seu papel, em relação ao papel dos demais, como co-responsáveis. Além da participação, a autonomia constitui-se em um princípio básico da gestão democrática. Para que os membros da comunidade escolar possam ser considerados sujeitos ativos desse processo é necessário refletirmos sobre a forma de organização do trabalho escolar e as relações de poder neste espaço.

Com isso, por meio da fala das entrevistadas pode-se perceber que a gestão proporciona o envolvimento dos pares, pois permite aos envolvidos decidirem juntamente com a gestão escolar. Neste ponto de vista e em se tratando da BNCC, a discussão, o estudo, a reflexão dos sujeitos envolvidos: professores, alunos, pais, direção e equipe pedagógica são

indispensáveis, pois, o momento presente, como dito pelas gestoras requer estudos, reflexão e a participação das entidades escolares.

Em relação à gestão e como ela pretende envolver os professores no domínio das competências para garantir resultados de aprendizado de alta qualidade, a G1 coloca que

[...] esse acesso ao material, essa leitura, esse debate a gente tem feito desde o dia D 20/03 (2019), no ano passado (2018), foi o início em nossa escola, depois dando a continuidade nas reuniões pedagógicas, na formação de julho de 2018, na formação de Janeiro (2019), então em nenhum momento nós deixamos de utilizar esse movimento para tentar começar a fazer uma aproximação teórico-prática e reflexão sobre o que exatamente essas competências estão querendo da prática do professor e da educação na escola, e agora no próximo dia 30/04 (2019) nós já temos uma projeção de fazer um planejamento interdisciplinar partindo das competências gerais.

A G2 salienta que

[...] estar no dia a dia com os professores na comunicação clara sobre o assunto. [...] É fundamental acompanhar os professores nos domínios das competências, também, estudo com os professores, agora mesmo no dia 30/04 (2019) a gente vai ter uma parada pedagógica e trazer pessoas que tem esse conhecimento.

Por último, a G3 expressa que realizará

Através do estudo, não tem outro jeito. Através do trabalho que é feito na sala de apoio, com as "meninas" da orientação. [...] A gente elenca alguns pontos, faz uma avaliação com os alunos, com os líderes de sala. Os professores a gente chama para conversar a respeito desta avaliação. [...] Então eu acho que é dessa forma, através do estudo que está sendo realizado já de longa data e através desse acompanhamento através da sala de apoio que a gente tem.

Baseado na fala das gestoras, a Resolução nº 7, de 14 dezembro de 2010 em seu artigo 29 define que "a necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, garantindo a qualidade da Educação Básica." (BRASIL, 2010). À vista disso, esta movimentação que está sendo realizada nas três instituições pesquisadas a partir desta gestão democrática que envolve e reflete os seus papéis e ações, é essencial, de modo que, as competências gerais proporcionam uma formação humana de forma integral. (BRASIL, 2018).

Quanto à gestão das instituições pesquisadas e como estas pretendem trabalhar com as dez competências gerais da BNCC, a G1 sublinha que

[...] a ideia é trazer as competências, os conceitos no caso da autonomia e que componentes curriculares e que conteúdos e o que se pretende fazer em torno da autonomia durante o segundo trimestre nas linguagens, na matemática, na ciências da natureza, ciências humanas, no ensino religioso, então em cada uma destas dez gerais, nesse momento, porque é um planejamento interdisciplinar, então onde cada componente se encontra pra poder dar conta destas competências. Isso é um exercício para o professor, [...] e nós como equipe gestora precisamos promover atividades em que isso possa acontecer.

A G2 reforça em outras palavras: "[...] Então isso precisa ser trabalhado junto com os professores, uma leitura, precisa estar acompanhando o trabalho deles. De vez em quando para, conversar com os professores, fazer uma troca de experiências, de ideias."

Já a G3 considera que

[...] essas competências elas já são desenvolvidas, apenas elas agora vão ter um nome e um papel específico, mas, elas já são desenvolvidas, aquilo tudo já é trabalhado dentro da escola em todas as disciplinas, inclusive tá lá no P.P.P a gente coloca lá uma frase bem bonita, que quer desenvolver um cidadão crítico, responsável, ético, todas aquelas palavras bonitas, mas, como que a gente desenvolve? Eu sozinha não consigo! É o professor em sala de aula.

Como apresentado pelo documento da BNCC, competência é definida como "mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho." (BRASIL, 2018). Assim, a gestão escolar apresentada através das falas das gestoras evidencia que há um trabalho sendo realizado no que tange a estas dez competências gerais e o seu processo de implementação nas instituições. Além disto, a G3 destaca que estas competências já eram trabalhadas na instituição só não tinham uma definição, no entanto, elas surgem com esta nova "roupagem", como dito pela gestora.

Por último, as entrevistadas foram indagadas sobre o papel do P.P.P na efetivação da implantação da BNCC. A G1 evidencia que

O papel dele é orientador do processo formativo tanto do professor nessa formação continuada que ocorre dentro da escola, quanto no resultado deste processo de implantação da BNCC. Algumas inserções os professores já estão fazendo, porque nós temos a proposta curricular em vigência no território catarinense e temos a BNCC em implantação, então esse movimento a escola já está fazendo junto com os

professores no planejamento de 2019 e agora acolhida das orientações do estado para essa nova diretriz.

A G2 ressalta que

O ano todo vai ser feita a renovação do P.P.P na implantação da BNCC com estas competências [...] A gente tem essa formação, mas depois na hora que tem que fazer a leitura do Projeto Político Pedagógico, a gente vai ter os segmentos juntos né, por exemplo, tem a apresentação de alunos, os pais, o conselho deliberativo, porque eles vão estar participando e também tem o grêmio, a A.P.P.

E a G3 aponta que "o P.P.P é o documento norteador da escola, então, a Base tem que ser colocada lá, [...] na verdade ele passa todos os anos por uma atualização, mas agora, mais do que nunca ele vai ter que ser bem enfatizado nessa questão da BNCC." (G3)

Sobre o P.P.P, destaca-se a participação de todos os segmentos escolares para que ocorra a efetivação da implantação da BNCC nas instituições referidas. Neste sentido, a gestora (G2) aponta que para ser realizada esta atualização, é imprescindível a participação dos segmentos. Já a G1 e a G3 neste segmento não apresentam em suas falas a questão da participação dos envolvidos, porém, anteriormente nos outros questionamentos, estas exprimem que está sendo realizado este envolvimento da comunidade escolar juntamente com os seus representantes na implantação efetiva da Base Nacional Comum Curricular.

Com relação ao P.P.P, sua atualização e a efetivação da implantação da BNCC, Oliveira ([2016 ?], p. 02) define que o papel principal se baseia na "[...] organização do espaço escolar [...]" no "[...] trabalho diário realizado por cada um dos sujeitos da comunidade escolar, considerando os aspectos de tempo, espaço, formação, legislação, administração, políticas educacionais, recursos financeiros e humanos [...]" Oliveira ([2016 ?], p. 02) do mesmo modo; "[...] não é possível construir um Projeto Político Pedagógico coletivo sem a efetivação de uma gestão democrática, ao contrário, é pela gestão democrática que se constrói um projeto participativo [...]" Oliveira [2016 ?], p. 02).

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho está relacionado às interrogantes científicas que

mobilizaram esse estudo. A finalidade da pesquisa foi analisar a contribuição da gestão escolar na reestruturação curricular a partir da BNCC.

A análise dos PPPs das escolas investigadas aponta para um documento que contempla os modelos de gestão democrática. Também definem o currículo na perspectiva da teoria histórico-crítica, por meio de trabalho coletivo, contextualizado e interdisciplinar, voltado à formação integral dos sujeitos.

Para tanto, consideram a formação contínua e permanente dos professores como um dos aspectos relevantes para a consecução dos objetivos da escola. Isso posto, entende-se que os PPPs das escolas pesquisadas apresentam indicadores significativos já descritos na BNCC, mas ainda requerem processos de atualização e adequação.

Com relação ao papel do gestor escolar na implementação da BNCC, percebe-se que existe a preocupação em conhecer os fundamentos legais da BNCC. Outrossim, há um entendimento sobre o seu papel como elemento mobilizador na sensibilização e acompanhamento das ações dos docentes com relação aos aportes teóricos e práticos da BNCC.

No tocante à reestruturação curricular a partir da BNCC constata-se que a gestão escolar, juntamente com sua equipe, já iniciou esse trabalho na escola, além do que sugerem a necessidade de adequar o currículo à realidade do contexto escolar.

No aspecto relacionado ao envolvimento da comunidade educativa na implantação da BNCC e das dez competências gerais, as pesquisadas procuram envolver todos os partícipes da comunidade escolar, bem como, pois permitem aos envolvidos que decidam conjuntamente com a gestão escolar. Ainda mais, pretendem realizar planejamento interdisciplinar para a articulação das dez competências gerais aos componentes curriculares.

Por fim, sobre o papel do PPP na efetivação da implantação da BNCC, os dados apontam que existe clareza sobre a necessidade de atualização constante e permanente do PPP, pois se trata do documento norteador das políticas e das questões de natureza pedagógica da escola. O PPP deve contemplar os aportes teóricos e práticos da BNCC para oferecer suporte na construção e reconstrução do currículo escolar.

Diante dos aspectos acima citados, concluiu-se que a gestão escolar é representativa nos processos de implantação da BNCC, pois seu papel é de mediação nas ações dos professores e demais membros da comunidade educativa.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Brasília. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 6 de maio de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação. Brasília. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://twixar.me/c3dn>. Acesso em: 20 de mar. de 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** 2018. Disponível em: <http://twixar.me/73dn>. Acesso em: 5 de mar. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96.** Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Brasília. 1996. Disponível em: <http://twixar.me/Y3dn>. Acesso em: 22 de mar. de 2019.

CORAZZA, Sandra. **Que quer um currículo?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002. Acesso em: 10 de mar. de 2019.

HORNBURG, Nice; SILVA, Rubia. Teorias sobre Currículo: uma análise para compreensão e mudança. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG.** Vol. 3, n. 10, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://twixar.me/t3dn>. Acesso em: 15 de abr. de 2019.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (Org.) **Currículo: questões atuais.** São Paulo: Papyrus, 1997. P. 9-28.

OLIVEIRA, Silvana Barbosa de. Gestão democrática e a construção do Projeto Político Pedagógico: um desafio para intervenção. **Dia a Dia Educação.** [2016 ?]. Disponível em: <http://twixar.me/l3dn>. Acesso em: 20 de mar. de 2019.

RODRIGUES, Vivian Aparecida da Cruz. A base nacional comum curricular em questão. **Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações.** 2016. Disponível em: <http://twixar.me/Yfdn>. Acesso em: 11 de mar. de 2019.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº1, janeiro/abril 2021. – Curso de Pedagogia – UNESC

ROCHA, Arlindo Nascimento. Currículo escolar: uma visão histórica da evolução do conceito de Currículo Escolar. **Academia Edu.** 2014. Disponível em: <http://twixar.me/lfdn>. Acesso em: 17 de abr. de 2019.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. 2014. Disponível em: <http://twixar.me/8fdn>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Revista Retratos da Escola.** Vol. 3, n, 4, jan/jun. 2009. Disponível em: <http://twixar.me/9fdn>. Acesso em: 23 de abr. de 2019.

VIEIRA, Graziella Pereira; BRZEZINKSI, Iria. A gestão escolar como estratégia de operacionalização da base nacional comum curricular da educação básica. **Edipe.** 2015. Disponível em: <http://twixar.me/Tfdn>. Acesso em: 06 de maio de 2019.